

## **UACS, AECC, ACECOA e AESintra rejeitam declarações da Ministra da Justiça relativas a furtos em estabelecimentos comerciais**

A Ministra da Justiça, em recente intervenção no XI Congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, manifestou ter o Governo a intenção de alterar a legislação penal e processual penal, passando os crimes de furto em estabelecimentos comerciais a serem considerados crimes de natureza **particular**, continuando os restantes crimes de furto a manter a natureza de crime semi-público. Na prática, e a acontecer, significa esta anunciada alteração que os comerciantes serão obrigados a fazer uma acusação particular, deixando o processo de ser conduzido desde o início pelo Ministério Público, como actualmente verificado.

As declarações da Senhora Ministra, a corresponderem a efectiva intenção do Governo no mesmo sentido, transmitem um sinal errado a toda a comunidade, ao fazer depender em exclusivo dos Comerciantes a vigilância dos produtos que *ousam* expor ao público, ao mesmo tempo que denotam aparente complacência com ilícitos que, na opinião da Senhora Ministra, podem até configurar casos de “ *justiça social* “ !

Se concretizadas estas alterações, a futura obrigação de acusação particular fará com que muitas empresas de menor dimensão deixem de apresentar queixas-crime, devido aos encargos a suportar com o pagamento de taxas de justiça (obrigatórias em caso de constituição de assistente em processo penal), custas judiciais e constituição de advogados, sem que usufruam de qualquer apoio judiciário.

Por outro lado, uma vez que não há prisão em flagrante delito quando o crime depende de acusação particular, constituirão um incentivo à total impunidade dos autores destes furtos e, conseqüentemente, ao aumento exponencial de um crime que, já em 2010, ascendeu a 68 milhões de euros em Portugal, e que o actual contexto económico tem vindo a agudizar de forma acentuada.

**As Direcções das Associações indicadas manifestam a mais firme oposição às propostas anunciadas, tendo nesta data enviado pedido de esclarecimento nesse sentido à Senhora Ministra da Justiça**

Lisboa, 20 de Março de 2012